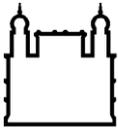


Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

2018/2020



Fundação Oswaldo Cruz

Presidente

Nísia Trindade Lima

Comitê de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação da Fiocruz (CGovTIC)

Coordenador:

Mário Santos Moreira - VPGDI

Membros:

Ana Cristina Furniel - VPEIC

Carlos Eduardo da Silva Figueiredo - IFF

Claudia Domingues de Menezes - Cogeplan

Geraldo Sorte - Cogetic

Luis Fernando da Silva - Cogic

Oswaldo Gonçalves Cruz - PROCC

Paulo Costa Carvalho - IOC

Ricardo de Godoi Mattos Ferreira - Fiocruz Rondônia

Rodrigo Murtinho de Martinez Torres - ICICT

Wagner de Jesus Martins - GEREB

Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação (Seccional)

Geraldo Sorte

Diogo Moreira

Fernando Speich

Misael Araújo

Pedro Erthal

Thiago Carelli

Equipe de apoio

Anderson Ferreira

Kizzy Benjamin

Márcia Soliva

Tázio Fernandes

Colaboradores das áreas de TIC (Correlatas)

Alessandra Galvão - ICC

Bruno Bezerra - INCQS

Carla Tavares - ICTB (CECAL)

Carlos Fabrício Marques da Silva - ILMD

Diogo Vicente B. Sacramento Dias - INI

Edinaldo Pereira dos Santos - IOC

Edmar Rodrigues Martins - IRR

Ednaldo Teixeira da Silva - Fiocruz Rondônia

Eduardo Jaime Pinto da Costa Ferraz - IAM

Fernando Provazzi - Gereb

Gilberto Santiago - Fiocruz Ceará

Ivan Gomes de Araújo - Farmanguinhos

Jorge Luiz Gomes Nundes - ICICT

Jose Henrique da Silva Fatia - IFF

Luis Américo Marinho Ribeiro - EPSJV

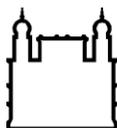
Marcelo Corrêa de Castro - Biomanguinhos

Márcio Freire Cruz - IGM

Marcus Vinícius Del Sarto - ENSP

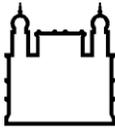
Thiago Oliveira - Fiocruz Mato Grosso do Sul

Ygor Santos Barros - COC

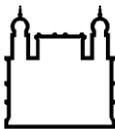


SUMÁRIO

Fundação Oswaldo Cruz	2
Histórico de alterações	5
Documentos de Referência	6
Apresentação	7
Termos e abreviações	8
1. Introdução	9
2. Metodologia Aplicada	15
3. Estrutura Organizacional	17
4. Análise Ambiental	19
5. Referencial Estratégico de TIC	21
Missão.....	21
Visão	21
Valores	21
Princípios e diretrizes de TIC	22
6. Objetivos estratégicos de TIC	24
Detalhamento dos objetivos estratégicos de TIC.....	26
7. Critérios de Priorização	35
8. Diretrizes de Alinhamento Tecnológico	37
Serviços de TIC.....	37
Aquisição de Ativos e Soluções de TIC.....	38
Material de consumo.....	38
Rede Integrada de dados.....	38

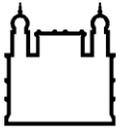


Nuvem Fiocruz	39
Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação	39
Processo de Desenvolvimento de Sistemas	39
9. Processo de revisão do PETIC.....	40
10. Conclusão	41
11. Folha de aprovação	42
Anexo I - Perguntas Frequentes (FAQ).....	43
1) Qual o impacto da EGD para os órgãos?.....	43
2) Qual a relação entre o PDTIC e o PETIC?.....	43
3) Onde devemos publicar o PETIC e PDTIC? Quais normativos mencionam isso?.....	43
4) Preciso comprar um bem ou serviço de TIC que não está planejado no PDTIC. É possível?	43



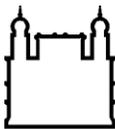
Histórico de alterações

Data	Versão	Descrição	Responsável
12/12/2017	1	Elaboração do PETIC 2018-2020	CGovTIC
18/04/2018	2	Revisão do PETIC, com alteração do período para 2018-2020, e implementação de melhorias no documento.	CGovTIC
17/05/2018	3	Revisão do PETIC com base na nova versão da EGD, aprovada pela Portaria nº 107, de 02/05/2018.	CGovTIC



Documentos de Referência

- Brasil. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília.
- Brasil. (2016). *Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016 - Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da FIOCRUZ*. Brasília.
- Brasil. (2017). *Portaria nº 19 - Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao SISP*. Brasília.
- Felix, R., Felix, P. d., & Timóteo, R. (03 de 11 de 2014). *Balanced Scorecard: adequação para a gestão estratégica nas*. Fonte:
http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3661
- Fiocruz. (2017). *Portaria da Presidência nº 1719/2017-PR*. Rio de Janeiro.
- ISACA. (2012). *COBIT 5 - A Business Framework for the Governance and Management of Enterprise IT*. Illinois: ISACA.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2001). *Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios*. Gulf Professional Publishing.
- MP. (2016). *Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-2019*. Brasília.
- MP. (2016). *Estratégia de Governança Digital*. Brasília.
- MP. (2016b). *Guia de Elaboração do PDTIC do SISP*. Brasília.
- MP. (2018). *Estratégia de Governança Digital - EGD - Transformação Digital: Cidadania e Governo - 2016-2019 - Versão Revisada*. Brasília.
- SLTI/MP. (2014). *Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014*. Brasília.



Apresentação

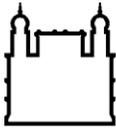
A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), uma Instituição estratégica de Estado vinculada ao Ministério da Saúde, vem aprimorando seu processo Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, braço da Governança Corporativa com papel fundamental no apoio ao cumprimento da missão Institucional da Organização.

A necessidade de uma Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) eficiente, capaz de promover o alinhamento entre o capital humano, o capital informacional e o capital organizacional com a estratégia institucional, é uma diretriz permanente que encontra reforço nas normativas governamentais dos últimos anos.

A complexidade da FIOCRUZ se expressa no desenvolvimento de atividades de diferentes naturezas, na existência de diversas unidades, na dispersão geográfica e no número expressivo da força de trabalho, o que torna essencial um planejamento integrado por meio de um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), instrumento que traça a direção da TIC na Instituição por meio do estabelecimento de Objetivos Estratégicos de TIC.

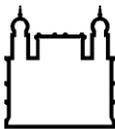
O PETIC da FioCruz tem como objetivo principal direcionar os esforços em TIC para a geração de valor para a Instituição e, sobretudo, para o cidadão.

Para cumprir este desafio, a elaboração deste plano levou em consideração a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal (EGD).



Termos e abreviações

APF	Administração Pública Federal.
Cogetic	Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação, subordinada à VPGDI.
Cogeplan	Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, subordinada à VPGDI.
CGovTIC	Comitê de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação.
EGD	Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal.
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atual MP.
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.
PEI	Plano Estratégico Institucional.
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.
SETIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, subordinada ao MP.
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, atual SETIC.
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação.
VPGDI	Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional.



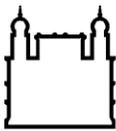
1. Introdução

Por muito tempo as organizações puderam sustentar seus negócios, ainda que tivessem pouco amparo das tecnologias, que eram consideradas meramente uma ferramenta de suporte para as organizações. Se antes as organizações utilizavam as tecnologias apenas para automatizar as atividades, hoje elas necessitam cada vez mais das tecnologias em seus processos de negócio. Desta forma, a TIC passou a ser vista como ativo estratégico para as organizações, atuando como apoio na otimização dos processos e no alcance dos objetivos estratégicos.

As organizações, com o apoio da TIC, desenvolvem ações voltadas à pesquisa, à geração de inovações e à modernização das tecnologias básicas, como sensores, redes de alta velocidade, processamento de alto desempenho, novos padrões de comunicação entre dispositivos, aplicativos, software e outras tecnologias, como Big Data, Ciência Digital e computação em nuvem. Desenvolve também ações voltadas à automação e robótica, inteligência artificial, criptografia, redes móveis de quinta geração - 5G, e diversas outras.

Uma das tendências para os próximos anos, podemos destacar, a intensificação na utilização de máquinas inteligentes e algoritmos para interpretar dinamicamente milhares de milhões de pontos de dados interligados através de uma infinidade de dispositivos e fontes na “Internet das Coisas”. A Internet das Coisas (*Internet of Things, IoT*) é uma rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com rede capaz de coletar e transmitir dados (Wikipédia, 2018).

Dos benefícios a serem alcançados através da IoT, podemos citar alguns relacionados à infraestrutura dos *campi* Fiocruz, como por exemplo: a otimização de *utilities* (controle, manutenção e economia dos recursos de energia, água, etc), iluminação, temperatura ambiente, detecção da condição de extintores de incêndio, vigilância por vídeo, sistemas de transporte, entre outros.

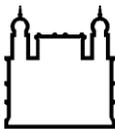


Nas áreas finalísticas da Fiocruz, ainda em relação a IoT, podem ser citados, de forma não exaustiva, a disponibilidade cada vez maior de equipamentos de pesquisa que tem funcionalidades de envio de resultados digitalmente, soluções de monitoramento de condições ambientais nos laboratórios, biotérios e outras instalações. Na área de assistência à saúde é crescente o uso de equipamentos diagnósticos e de outras atividades relativas a atenção ao paciente, tanto na atenção básica quanto na alta complexidade, monitorando as condições do paciente e mesmo durante as intervenções, provendo informações relevantes que podem ser organizadas, por exemplo, diretamente em um prontuário eletrônico.

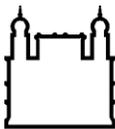
Além da IoT, há ainda sistemas de computação cognitiva, voltados à geração de conhecimento baseado na interpretação e extração de significado dos dados, primariamente não-estruturados, os quais seriam muito difíceis de serem tratados por meio dos sistemas programáveis tradicionais.

Destacamos, outrossim, uma mudança na formação e capacitação dos profissionais da área de TIC. A área de TIC das Organizações tende a ser uma equipe de alto desempenho, multifuncional, com líderes independentes e multitalentosos. Organizada com uma estrutura altamente flexível, de núcleos ou subunidades de equipes que se alternam entre projetos e tarefas atribuídas conforme o fluxo de ideias, onde as prioridades se reequilibram. Onde os membros das equipes poderão juntar-se a grupos de especialistas para ampliar o seu repositório de conhecimentos. Será um centro de inovação e capacitação para produtos e serviços externos e internos, com o envolvimento de pessoas oriundas das artes às ciências, de modo a permitir maior autonomia, criatividade e autogestão na força de trabalho de TIC. Os demais profissionais da Instituição deverão ser preparados para o uso das tecnologias.

Vale dizer que temas como: Bioinformática (campo interdisciplinar que corresponde à aplicação das técnicas da informática, no sentido de análise da informação, nas áreas de estudo da Biologia); Ciência de Dados (área interdisciplinar voltada para o estudo e a análise de dados, estruturados ou não, que visa a extração de conhecimento, de maneira similar à mineração de dados); Mineração de texto (ou *text mining*, é o processo computacional que utiliza técnicas de



análise e extração de dados em textos, frases e palavras; Curadoria de Dados (iniciativas visando a integração, controle de acesso e incentivo a análises das bases de dados gerados no âmbito da instituição ou acessados por ela). Os softwares buscam e recuperam a informação e reconhecem entidades, relações e ações, integrando-as de novas formas para gerar novos conhecimentos); Dados Abertos (ou *open data*, são dados publicados em um formato legível por máquina e sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle, de modo a estarem livremente disponíveis para serem utilizados e redistribuídos à vontade); Transparência (pode ser entendida como a democratização do acesso às informações, em contraposição ao sigilo das mesmas, que podem ser obtidas através do Portal da Transparência do Governo Federal); Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG - conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação); Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (ePING – conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da TIC no governo federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas do governo e com a sociedade em geral); Software Público (tipo específico de software livre que atende às necessidades de modernização da Administração Pública de qualquer dos Poderes e é compartilhado sem ônus no Portal do Software Público Brasileiro); Consultas Públicas (processos democráticos para construção conjunta de políticas públicas entre governo e sociedade); Governo e Inclusão Digital (conjunto de iniciativas que visam garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos); Prontuário Eletrônico (iniciativa através da qual os dados de atendimento do paciente ficam registrados nacionalmente e podem ser consultados em qualquer Unidade Básica de Saúde do país); entre outros, estão sendo cada vez mais discutidos na Administração Pública Federal.



Neste contexto, é oportuno citar o Decreto nº 9.319, de 21/03/2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC).

A E-Digital visa à harmonização das iniciativas do Poder Executivo Federal ligadas ao ambiente digital, com o objetivo de aproveitar o potencial das tecnologias digitais para promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo, com inovação, aumento de competitividade, de produtividade e dos níveis de emprego e renda no País. E dispõe um conjunto de 100 ações para impulsionar a digitalização na indústria, no setor de serviços e na sociedade nos próximos quatro anos, cuja íntegra está disponível no sítio eletrônico do MCTIC.

A E-Digital foi um dos insumos para a revisão da Estratégia de Governança Digital (EGD), que visa orientar e integrar as iniciativas de transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social, dando suporte aos objetivos do governo digital.

Destarte, é necessário que os órgãos da Administração Pública Federal se posicionem de forma estratégica em relação a estas iniciativas de governo, alinhando seus planos aos objetivos e às iniciativas de governo. E a TIC, que exerce o papel de parceiro estratégico, deve tornar mais eficiente o uso de seus recursos, através de um instrumento estratégico (Figura 1), como descrito no Guia de Elaboração de PDTIC do SISP (MP, 2016b): “É importante que o órgão possua planos nos níveis estratégico, tático e/ou operacional(...) Por isso, o órgão pode ter um Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação – PETIC e/ou um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC para abarcar a função de TIC da organização.”

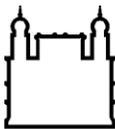


Figura 1 – Ferramentas de Planejamento de TIC da Fiocruz

Assim sendo, o PETIC Fiocruz é um importante instrumento de governança e gestão de TIC, e mais ainda, um mecanismo fundamental de direcionamento dos recursos de TIC para a potencialização dos processos de trabalho da Fiocruz em benefício da sociedade brasileira. Instrumento complementado pelo o PDTIC, ferramenta de cunho tático/operacional, que contém as ações e projetos necessários para o alcance dos objetivos estratégicos de TIC contidos nesse documento (Figura 2).

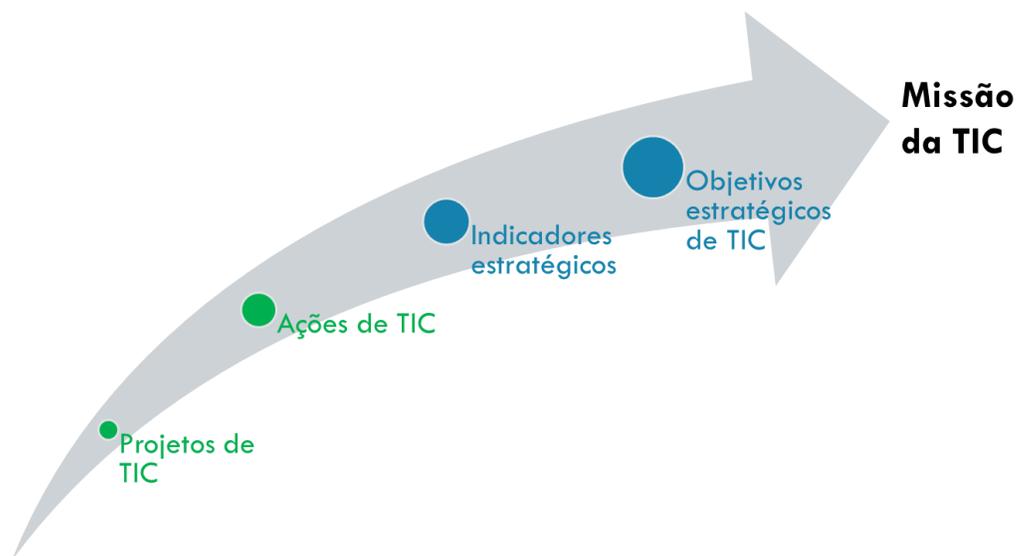
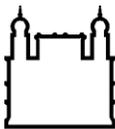
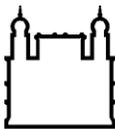


Figura 2 – Relação PETIC e PDTIC

A TIC, como recurso para a produção de conhecimento, é estratégica para a FIOCRUZ em todos os seus processos de trabalho¹, o que implica enfrentar o desafio de ampliar as competências e qualificar os investimentos em TIC, potencializando a cadeia produtiva de bens e serviços em favor da saúde dos brasileiros.

¹ Também referenciados na literatura como “processos de negócio”.



2. Metodologia Aplicada

O PETIC tem como objetivo estabelecer o direcionamento das áreas de TIC, e para isso, é necessário ter clareza de como atingir os objetivos desejados. Com este intuito, foi definido o Método de Elaboração da Estratégia de TIC, apresentado na Figura 3. Para a definição deste método foram utilizados os conceitos e definições de (Kaplan & Norton, 2001), por ser uma das metodologias mais difundidas no mercado para elaboração de planejamento estratégico (Felix, Felix, & Timóteo, 2014).

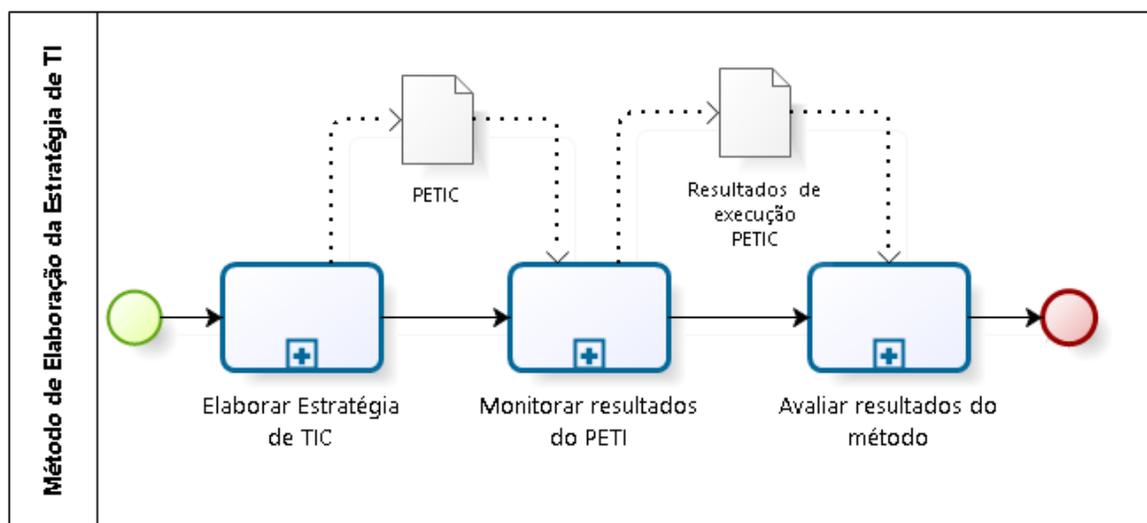
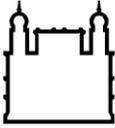


Figura 3. Elaboração do PETIC Fiocruz.

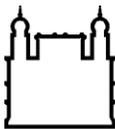
As fases do método são:

- Elaborar Estratégia de TIC: Nesta fase são analisados documentos orientadores existentes, como por exemplo a EGD (MP, 2016), que servem de insumo para a definição



dos direcionadores estratégicos (missão, visão e valores), e que posteriormente, são desdobrados em objetivos, metas e indicadores;

- Monitorar resultados do PETIC: Neste estágio são apurados os resultados de cada meta/indicador. Com base nos resultados, são recomendadas ações de ajustes e publicados os resultados obtidos.
- Avaliar resultados do método: Na última fase é analisado todo o processo de concepção do PETIC com o objetivo que verificar sua eficiência e eficácia.



3. Estrutura Organizacional

A TIC da Fiocruz está estruturada por um Comitê de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), presidido pelo representante da Autoridade Máxima, composto pelos representantes das áreas finalísticas, apoiado pela Cogetic e pelo Fórum de TIC, e aprovado pelo Conselho Deliberativo (CD) da Fiocruz.

Este Comitê foi constituído através da Portaria da Presidência nº 1719/2017-PR, consoante determinação da Portaria nº 19, da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 29 de maio de 2017, com base na decisão do Conselho Deliberativo (CD) da Fiocruz registrada em ata de sua reunião de 28 de setembro de 2017.

É responsável pela implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, que é o sistema pelo qual a atual e a futura utilização da TIC é dirigida e controlada, envolvendo avaliar e direcionar a utilização de TIC (Guia de Governança de TIC do SISP V 2.0), bem como, o estabelecimento e alcance dos objetivos e metas de TIC, e a orientação de iniciativas e investimentos em TIC.

O Comitê deve seguir os princípios e as diretrizes de Governança de TIC's aprovados pelo CD Fiocruz.

A gestão de TIC, por sua vez, é realizada pela Cogetic e pelas áreas de TIC correlatas, por meio de parcerias ou fóruns. É responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, em consonância com a direção definida pela função de governança, a fim de atingir os objetivos corporativos (ISACA, 2012).

A estrutura organizacional está representada na Figura 4 e detalhada na Portaria da Presidência nº 1719/2017-PR, disponível em http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P1719_2017.pdf

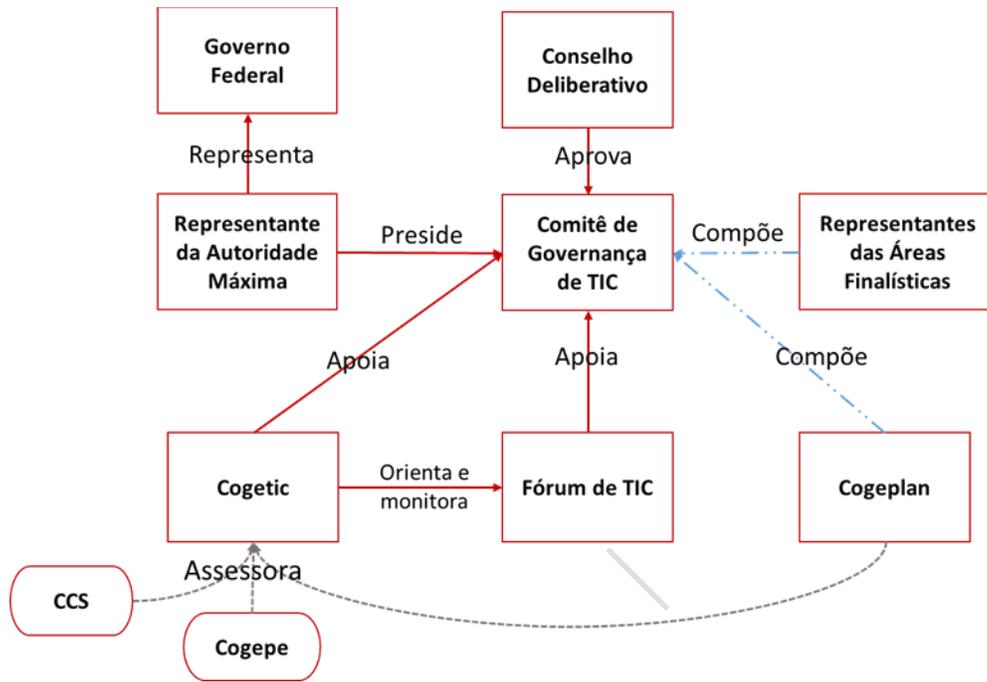
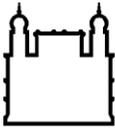
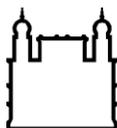


Figura 4. Estruturas envolvidas na Governança de TIC



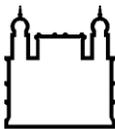
4. Análise Ambiental

O entendimento do ambiente onde a área de TIC opera é fundamental para o planejamento das metas e ações futuras.

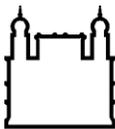
Deste modo, foi realizada uma análise do cenário atual da área de TIC da Fiocruz a partir da análise *SWOT*. O termo *SWOT* é um acrônimo das palavras *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*, que significam respectivamente forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Com esta ferramenta, foi possível identificar os pontos fortes e fracos da Fundação, com o objetivo de torná-la mais eficiente, estabelecer estratégias e definir prioridades, corrigindo assim suas deficiências.

Na matriz abaixo são apresentados os fatores internos que possibilitam a execução efetiva das estratégias organizacionais (forças), os fatores nos quais a TI da Fiocruz encontra-se deficiente (fraquezas) e as oportunidades e ameaças provenientes do ambiente externo, sobre as quais a TI da Fiocruz não exerce controle.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
FATORES INTERNOS	Implantação do novo modelo de Governança de TIC, aderente às recomendações do STIC/MP	Inexistência de um processo formal de gerenciamento e priorização de demandas
	Atuação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações sobre um modelo de gestão de segurança da informação com papéis e responsabilidades bem definidos	Baixo nível de manutenibilidade dos sistemas em razão da baixa adesão ao processo formalmente instituído para o desenvolvimento de software
	Diretriz para a aplicação prioritária dos recursos de TIC para o atendimento às necessidades das áreas finalísticas	Deficiência de profissionais em gestão de projetos e fiscalização de contratos de TIC
	Definição de teses e diretrizes que nortearão o desenvolvimento institucional para os próximos anos	Falta de implementação dos processos para a gestão por serviço de TIC (ITIL V3 ou ISO/IEC 20000)
	Adoção da prática de compras compartilhadas entre as Unidades da Fiocruz	Baixo nível de integração e interoperabilidade dos sistemas de informação
	Infraestrutura segura e de alta disponibilidade no Data Center da Instituição	Inexistência de arquiteturas padrão para tipos de sistemas de informação desenvolvidos pela instituição
	Processo de planejamento de TIC formalmente instituído	Deficiência na infraestrutura da rede cabeada e wifi



	Capacidade de fornecimento de Infraestrutura como Serviço (IaaS) m ambiente de Nuvem Privada da Instituição	Existência de iniciativas isoladas e descoordenadas de desenvolvimento de sistemas e soluções de TIC
	Instituição de um processo formal de desenvolvimento de software (MDS Fiocruz)	Redundância de funcionalidades e dados entre os diferentes sistemas de informação da Instituição
	Utilização de recursos de <i>Business Intelligence</i> – BI para o fornecimento de informações para o apoio à tomada de decisão	Falta de infraestrutura de contingência para os serviços críticos de TIC
	Implantação do Plano de Dados Abertos da Instituição	Topologia de rede inadequada para prover redundância na conexão entre as Unidades do Campus
	Monitoramento contínuo sobre as ameaças às infraestruturas e principais serviços críticos de TIC	Baixa utilização de soluções em software livre
FATORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Definição de diretrizes, normas, padrões e melhores práticas em Governança de TIC para órgãos públicos pela SETIC/MP	Contingenciamento e cortes orçamentários
	Utilização de soluções de IoT para melhoria dos processos e gestão dos recursos da Instituição	Mudanças de diretrizes políticas, econômicas e legislativas
	Reconhecimento da TIC como área estratégica pela Administração Pública Federal	Indisponibilidade da REDECOMEP
	Canal de comunicação de alta velocidade com a Internet provido pela Rede Nacional de Pesquisa	Aumento das ameaças de crimes cibernéticos
	Cooperação com outros órgãos públicos para a troca de experiências, adoção de soluções de TIC e compartilhamento de dados e sistemas	Descontinuidade de soluções proprietárias utilizadas pela Instituição
	Adoção e utilização de soluções abertas ou disponíveis no Portal do Software Público	



5. Referencial Estratégico de TIC

Missão

Garantir a coordenação das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação, promovendo a potencialização da missão institucional, a integração dos processos organizacionais, a aderência aos marcos regulatórios, contribuindo diretamente para a atuação da Fiocruz como agente estratégico de Estado, na produção, disseminação e compartilhamento de conhecimentos e tecnologias voltados à promoção da saúde para a sociedade.

Visão

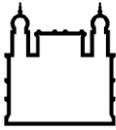
A visão define o que se pretende ser no futuro, incorporando as aspirações na busca da excelência no cumprimento da missão. Representa como a TIC da Instituição se projeta, e quer ser visualizada no futuro. Trata-se de uma visão inspiradora que mobilize a Instituição na direção que se deseja alcançar. Sinaliza para que as soluções de TIC estejam cada vez mais integradas com os processos organizacionais da Instituição.

Assim, a visão de futuro da TIC da Fiocruz é:

“Ser referência e agente de transformação na Administração Pública pela excelência e qualidade das soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, gerando soluções inovadoras que potencializam a estratégia da Instituição”.

Valores

Foco nas pessoas. O foco no cidadão e no usuário é o principal objetivo de todas as ações e projetos da TIC. Isto significa conhecer, de fato, este usuário e respeitar suas necessidades, além de manter um canal de comunicação com ele, tanto para prover-lhe as informações de que precisa quanto para identificar suas necessidades. Além disso, são estabelecidos acordos ou contratos com o usuário para garantir a qualidade dos serviços prestados pela TIC.



Transparência. Serão publicadas as informações sobre as ações da TIC. Serão respeitadas, no entanto, a confidencialidade de informações que estejam relacionadas com pesquisas científicas, informações organizacionais consideradas restritas ou classificadas de acordo com a lei, e informações privativas do cidadão que utiliza serviços ou de outra forma se relaciona com a Fiocruz (Brasil, 2011).

Resultado. A TIC trabalhará para a geração dos melhores resultados. Será considerado o melhor resultado aquele que oferecer maior qualidade para o usuário, o menor custo, e a maior sustentabilidade.

Interoperabilidade. Prover soluções tecnológicas confiáveis, portáteis, interoperáveis e acessíveis, visando prestar um melhor serviço.

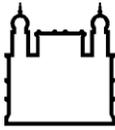
Inovação. Desenvolver iniciativas inovadoras que assegurem a eficiência, a eficácia, a economicidade e que melhore a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Princípios e diretrizes de TIC

Os princípios são valores e assunções fundamentais adotados por uma organização, e diretrizes são instruções que auxiliam no atendimento dos princípios (MP, 2016b). Abaixo, seguem os princípios fundamentais que regem a Administração Pública Federal (APF) (Tabela 1) seguidos pelos princípios (Tabela 2) e diretrizes (Tabela 3) específicos da Tecnologia da Informação e Comunicação na Fiocruz.

Tabela 1 - Princípios Fundamentais da APF

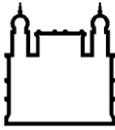
Princípios Fundamentais da APF	Origem
Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.	Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988
Planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.	Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967



Legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.	Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999
Foco nas necessidades da sociedade, abertura e transparência, compartilhamento da capacidade de serviço, simplicidade, priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital, segurança e privacidade, participação e controle social, governo como plataforma e inovação	Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016
Liderança, integridade, responsabilidade, compromisso, transparência, <i>accountability</i> .	Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1, de 10 de maio de 2016

Tabela 2 - Princípios Específicos de TIC

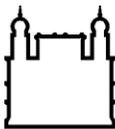
Princípios Específicos de TIC	Origem
Foco nas partes interessadas: as estruturas de governança e gestão de TIC, bem como as estratégias, os planos, projetos e serviços de TIC, deverão ser desenvolvidos tendo como principal insumo as necessidades das principais partes envolvidas no uso de TIC (sociedade, alta administração e áreas de negócio da organização), alinhadas aos objetivos do setor público.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017
TIC como ativo estratégico: a governança de TIC deve ser implantada buscando o papel estratégico da TIC para contribuir, de maneira eficaz, com a sustentação dos serviços públicos providos pela organização e com a viabilização de novas estratégias. Os planos estratégicos para as TI satisfazem as necessidades atuais e contínuas da estratégia de negócio da organização.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017 ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009
Gestão por resultados: as ações relacionadas à governança de TIC deverão ser implantadas considerando mecanismos para a medição e o monitoramento das metas de TIC, permitindo que a função de governança possa validar, direcionar, justificar e intervir nas estratégias e ações de TIC da organização, realizando benefícios com otimização de custos e riscos.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017
Transparência: o desempenho, os custos, os riscos e os resultados das ações empreendidas pela área de TIC deverão ser medidos pela função de gestão de TIC e reportados à alta administração da organização e à sociedade por meio de canais	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017



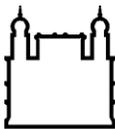
Princípios Específicos de TIC	Origem
de comunicação adequados, provendo transparência à aplicação dos recursos públicos em iniciativas de TIC e propiciando amplo acesso e divulgação das informações.	
Prestação de contas e responsabilização: os papéis e responsabilidades acerca das tomadas de decisão que envolvem os diversos aspectos de TIC deverão ser definidos, compreendidos e aceitos de maneira clara e sem ambiguidade, de forma a assegurar a adequada prestação de contas das ações, bem como a responsabilização pelos atos praticados.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017 ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009
Conformidade: as ações relacionadas à governança de TIC deverão contribuir para que as ações de TIC cumpram obrigações regulamentares, legislativas, legais e contratuais aplicáveis.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017 ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009
Comportamento Humano: As políticas, práticas e decisões de TI demonstram respeito pelo Comportamento Humano, incluindo as necessidades atuais e futuros de todas as “pessoas no processo”.	ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009
Desempenho: A TI é adequada ao propósito de apoiar a organização, fornecendo serviços, níveis de serviço e qualidade de serviço, necessários para atender aos requisitos atuais e futuros do negócio.	ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009
Aquisições: As aquisições de TI são feitas por razões válidas, com base e análise apropriada e continuada, com tomada de decisão claras, transparentes e econômicas. Há um equilíbrio adequado entre os benefícios, oportunidades, custos e riscos, de curto e longo prazo.	ABNT NBR ISO/IEC 38500:2009

Tabela 3 - Diretrizes Específicos de TIC

Diretrizes Específicos de TIC	Origem
Considerar as práticas definidas no Guia de Governança de TIC do SISP.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017
Fomentar a integração visando o compartilhamento e a otimização dos recursos de TIC internamente e entre órgãos e entidades.	Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017



Diretrizes Específicas de TIC	Origem
Desenvolver mecanismos formais de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TIC para as principais partes interessadas.	Guia de Governança de TIC do SISP de 2015
O planejamento de TIC deve contar com a participação da comunidade Fiocruz (principalmente Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Computação Científica) e de todas as áreas de TIC da Instituição, representando as partes interessadas e levando em conta os riscos de TIC identificados no âmbito da gestão de riscos.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
As propostas de soluções de TIC devem ser alocadas e priorizadas com base nos objetivos e metas institucionais.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
Todo projeto ou operação de TIC deverá ter um responsável pelo alcance dos objetivos, metas e indicadores definidos no PETIC.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
Definir os papéis, responsabilidades e os processos decisórios de Governança e de Gestão de TIC.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
Definição e avaliação dos processos de governança e gestão de TIC de acordo com as recomendações dos órgãos de controle.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
Desenvolvimento continuado de competências multidisciplinares, técnicas e gerenciais necessárias ao exercício pleno de todas as atribuições por parte dos servidores da área de TIC.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
Planejamento e gestão do ambiente de TIC e dos processos operacionais que o suportam com foco no cumprimento dos níveis de serviço acordados. Os acordos de níveis de serviços devem ser revisados periodicamente para garantir qualidade do serviço prestado.	Conselho Deliberativo da Fiocruz
Aplicar as normas de segurança da informação e comunicação.	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações



6. Objetivos estratégicos de TIC

Objetivos estratégicos a serem observados para este período são:

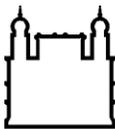
- Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão de TIC;
- Prover processos e serviços de TIC com nível de excelência;
- Promover o alinhamento aos objetivos estratégicos da Estratégia de Governança Digital (EGD);
- Promover o alinhamento aos objetivos estratégicos da Estratégia de Segurança da Informações e Comunicações e de Segurança Cibernética da Administração Pública Federal 2015-2018, versão 1.0, conforme Portaria GSI/PR nº 14, de 12 de maio de 2015;
- Promover a Acessibilidade Digital; e
- Prover soluções tecnológicas integradas, seguras, responsivas, inteligentes e articuladas com foco nas atividades finalísticas da Instituição.

A gestão do desempenho do PETIC 2018-2020 será realizada por meio da monitoração e avaliação dos indicadores relacionados aos objetivos estratégicos de TIC, que são detalhados no próximo subtópico.

Detalhamento dos objetivos estratégicos de TIC

	Descrição do Objetivo
Objetivo 1: Aperfeiçoar o modelo de governança e gestão de TIC	Aperfeiçoar a governança e a gestão por aplicar ações que auxiliem no aumento da maturidade da instituição nessas áreas.

Ficha do indicador		Meta
Código	IE1.1	2018: - 2019: Nível 1 2020: Nível 2
Propósito	Otimizar a Governança de TIC	
Nome do indicador	Índice de maturidade/capacidade em governança de TIC	

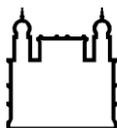


Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Nível de maturidade	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	Classificação em Níveis conforme descrição abaixo ² : Nível 0 – O processo não foi implementado ou não cumpre sua finalidade. Nível 1 – O processo implementado atinge a finalidade do processo. Nível 2 – O processo é implementado de forma gerenciada (planejado, monitorado e ajustado) e seus produtos do trabalho são adequadamente estabelecidos, controlados e mantidos. Nível 3 – Processo implementado usando um processo definido capaz de atingir os resultados do processo. Nível 4 – Processo opera com limites definidos, atingidos nos resultados do processo. Nível 5 – Processo é continuamente melhorado de modo a atender os objetivos corporativos pertinentes, atuais ou previstos.	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	

Objetivo 2: Prover processos e serviços de TIC com nível de excelência	Descrição do Objetivo
	Promover a implantação de padrões bem estabelecidos possibilitando o alinhamento dos serviços de TIC aos requisitos da instituição, por meio da gestão de qualidade de seus componentes e serviços.

Ficha do indicador		Meta
Código	IE2.1	2018: Nível 1

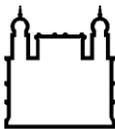
² A classificação é baseada nas implementação e execução das práticas da governança do Guia GovTIC do SISP v2.0



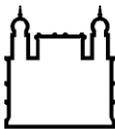
Propósito	Implementar boas práticas em gestão de serviços de TIC	2019: Nível 2 2020: Nível 3
Nome do indicador	Índice de maturidade em gestão de serviços	
Interpretação do indicador	Nível de maturidade	
Unidade de medida	Autodiagnostico	
Fonte de dados	Nível de maturidade	
Fórmula	<p>Nível 0 – Processo não foi implementado.</p> <p>Nível 1 – Processo inicial: reconhece a necessidade de gerir os serviços de TIC, mas não existe processo implementado.</p> <p>Nível 2 – Processo Repetível. As atividades são conhecidas, mas não gerenciadas.</p> <p>Nível 3 – Processo definido. As atividades são documentadas, o processo tem responsável, objetivos e metas.</p> <p>Nível 4 – Processo gerenciável. A TIC é focada em serviços, definidos, monitorados e mensurados.</p> <p>Nível 5 – Processo otimizado. As principais práticas são seguidas e automatizadas. O processo é institucionalizado.</p>	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	

	Descrição do Objetivo
Objetivo 3: Promover o alinhamento aos objetivos estratégicos da Estratégia de Governança Digital (EGD)	“Contribuir para aumentar a efetividade da geração de benefícios para a sociedade brasileira por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social” (MP, 2016).

Ficha do indicador		Meta
Código	IE3.1	2018: Nível 1 2019: Nível 2 2020: Nível 3
Propósito	Fomentar a disponibilidade e o uso de dados abertos	



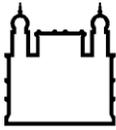
Nome do indicador	Índice de disponibilização e uso de dados abertos para o cidadão
Interpretação do indicador	Maior melhor
Unidade de medida	Nível de maturidade
Fonte de dados	Autodiagnostico
Fórmula	<p>Classificação em Níveis conforme descrição abaixo:</p> <p>Nível 0 – o órgão não tem Plano de Dados Abertos e tem poucos dados publicados ou nenhum, e ainda, caso publique dados, não há ou não participa do processo de catalogação no portal brasileiro de dados abertos.</p> <p>Nível 1 – o órgão iniciou o processo de elaboração de Plano de Dados Abertos e tem alguns dados publicados e catalogados no portal brasileiro de dados abertos, tendo participado ativamente do processo de catalogação. Fornece os metadados obrigatórios, incluindo e-mail de contato para que os utilizadores dos dados possam tirar dúvidas sobre os mesmos.</p> <p>Nível 2 - o órgão tem Plano de Dados Abertos vigente e libera dados de acordo com o processo organizacional definido. O conhecimento e a compreensão sobre dados abertos permeiam todos os níveis da organização. A publicação dos dados das áreas temáticas mais solicitadas pelo SIC e por outros canais de comunicação com a sociedade civil é compromisso no PDA com escopo e datas definidas. Promove o engajamento da sociedade civil com os dados publicados por meio de concursos, eventos e/ou hackathons.</p> <p>Nível 3 - o órgão tem Plano de Dados Abertos vigente e está em dia com os compromissos e metas estabelecidos no mesmo. Todos os dados já publicados são mantidos atualizados de acordo com a periodicidade estipulada no PDA. O órgão promove ações de capacitação para seus servidores nas competências necessárias aos projetos de dados abertos. Os eventuais problemas detectados nos dados disponibilizados e comunicados pelos cidadãos são prontamente corrigidos. O órgão define estratégias para manter um investimento contínuo nos dados (abertura, utilização e uso).</p>
Responsável pelo desempenho	Fiocruz
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC



Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Esta ação contribui para a realização do Objetivo Estratégico (OE.01) da EGD.	

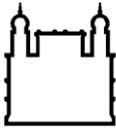
Ficha do indicador		Meta
Código	IE3.2	2018: 10%
Propósito	Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital	2019: 40%
Nome do indicador	Proporção de serviços digitais cadastrados no portal de serviços	2020: 50%
Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Percentual	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	Quantidade de serviços públicos digitais dividido pela quantidade de serviços públicos do órgão cadastrados no Portal de Serviços.	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Deverão ser considerados apenas os serviços cadastrados no portal de serviços (www.servicos.gov.br). Esta ação contribui para a realização do Objetivo Estratégico (OE.03) da EGD.	

Ficha do indicador		Meta
Código	IE3.3	2018: 0
Propósito	Compartilhar e integrar dados, processos, sistemas, serviços e infraestrutura	2019: 1
Nome do indicador	Número de APIs disponibilizadas na plataforma	2020: 3



Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Numérico	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	Somatório de APIs disponibilizadas na plataforma	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Esta ação contribui para a realização do Objetivo Estratégico (OE.04) da EGD.	

Ficha do indicador		Meta
Código	IE3.4	2018: 1 2019: 2 2020: 3
Propósito	Ampliar o número de consultas públicas realizadas em plataformas digitais	
Nome do indicador	Número de consultas públicas realizadas on-line pela internet	
Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Numérico	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	Somatório de consultas públicas realizadas.	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Esta ação contribui para a realização do Objetivo Estratégico (OE.05) da EGD.	



Objetivo 4: Promover o alinhamento aos objetivos estratégicos da Estratégia de Segurança da Informações e Comunicações (SIC) e de Segurança Cibernética (SegCiber) da Administração Pública Federal 2015-2018, versão 1.0, conforme Portaria GSI/PR nº 14, de 12 de maio de 2015

Descrição do Objetivo

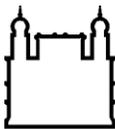
Contribuir para o fortalecimento e a excelência da segurança da informação e comunicações e da segurança cibernética no Governo.

Ficha do indicador		Meta
Código	IE4.1	2018: 30% 2019: 35% 2020: 40%
Proposito	Resolução dos incidentes de segurança da informação	
Nome do indicador	Índice de resolução dos incidentes de segurança em redes	
Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Percentual	
Fonte de dados	Registro de incidentes de segurança registrados pela Cogetic através do Risk Manager.	
Fórmula	Quantidade de incidentes com análise concluída (encerrados) dividido pela quantidade de incidentes registrados	
Responsável pelo desempenho	Áreas de TI correlatas da Fiocruz	
Responsável pela apuração	Cogetic/Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em redes	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Esta ação contribui para a realização dos objetivos estratégicos de SIC e de SegCiber.	

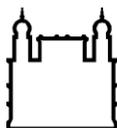
Objetivo 5: Promover a Acessibilidade Digital

Descrição do Objetivo

Contribuir para a democratização do acesso a todos, garantindo o entendimento e o controle da navegação dos usuários aos conteúdos e serviços do governo, independentemente das suas capacidades físico-motoras e perceptivas, culturais e sociais.



Ficha do indicador		Meta
Código	IE5.1	2018: - 2019: Nível 1 2020: Nível 2
Propósito	Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais	
Nome do indicador	Índice de maturidade em acessibilidade digital	
Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Nível de maturidade	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	Classificação em Níveis conforme descrição abaixo: Nível 0 – Acessibilidade não é considerada no desenvolvimento Nível 1 – Testes de acessibilidade fazem parte dos requisitos para comprovação da execução das entregas e sua homologação Nível 2 – Produtos de desenvolvimento são homologados com verificação da acessibilidade das entregas através de validação automática Nível 3 – Produtos de desenvolvimento são homologados com verificação da acessibilidade das entregas através de validação humana	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Esta ação está alinhada às recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG - versão 3.1).	



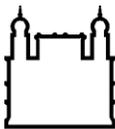
Objetivo 6: Prover soluções tecnológicas integradas, seguras, responsivas, inteligentes e articuladas com as atividades de Ensino, Pesquisa & Desenvolvimento Tecnológico na área de saúde

Descrição do Objetivo

Acompanhar o grau de conclusão dos projetos e operações de TIC das áreas finalística.

Ficha do indicador		Meta
Código	IE6.1	2018: 40% 2019: 50% 2020: 60%
Propósito	Implementar ações na área de TIC para sustentabilidade das atividades da instituição	
Nome do indicador	Percentual de projetos e operações em andamento (<50%) ou concluídos.	
Interpretação do indicador	Maior melhor	
Unidade de medida	Porcentagem	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	Número de projetos e operações que constam no PDTIC concluídos divididos pelo total de projetos do PDTIC multiplicado por 100.	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Cogeplan	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Projetos não executados por questões orçamentarias não serão considerados para cálculo deste indicador.	

Ficha do indicador		Meta
Código	IE6.2	2018: 95% 2019: 96% 2020: 99,5%
Propósito	Garantir a disponibilidade de serviços críticos de TIC	
Nome do indicador	Percentual de disponibilidade dos serviços críticos de TIC	
Interpretação do indicador	Maior melhor	



Unidade de medida	Porcentagem	
Fonte de dados	Autodiagnostico	
Fórmula	$100 * (HTP - HMP - HIT - HIP) / (HTP - HMP - HIT)$. Onde: HTP – Horas Totais no Período = Dias do Mês x Horas Dias; HMP – Horas de Manutenção Preventiva; HIP – Horas Indisponíveis no Mês; HIT – Horas Indisponíveis causadas por Terceiros.	
Responsável pelo desempenho	Fiocruz	
Responsável pela apuração	Comitê de Governança de TIC	
Periodicidade da análise no órgão	Anualmente	
Observação	Projetos não executados por questões orçamentarias não serão considerados para cálculo deste indicador.	

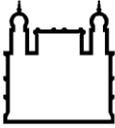
Ressalte-se que os indicadores IE3.2 e IE5.1, respectivamente, com propósito de “Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital” e “Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais” atualmente apurados pelo Comitê de Governança de TIC serão apurados pelo Comitê de Governança Digital e Transparência, tão logo este seja instituído na Fiocruz.

A criação do Comitê de Governança Digital e Transparência ocorrerá em consonância ao Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, que instituiu a Política de Governança Digital no âmbito da Administração Pública Federal, e determinou a criação de uma estrutura responsável por tratar de assuntos relativos à governança digital, com papel significativo na digitalização dos serviços públicos (prestação de serviços), na transparência e abertura de dados (participação social e acesso à informação) e no fomento às práticas de governança corporativa na Administração Pública Federal.

No âmbito da Fiocruz, a estrutura deste comitê está em fase de discussão, e assim que o mesmo for instituído, a apuração dos indicadores referidos acima será de sua responsabilidade.

7. Critérios de Priorização

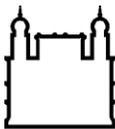
Devido aos limites orçamentários, escassez de tempo e carência recursos para atender a todos os projetos, faz-se necessário estabelecer critérios a serem aplicados a cada um dos projetos



com o intuito de priorizá-los. Existem diversos métodos para priorização de projetos, cada um utilizando critérios únicos. Optou-se por uma ferramenta simples que permita combinar fatores de priorização de maneira rigorosa, consistente, por meio de pontuação e que pudesse ser aplicado tanto a projetos simples com a projetos complexos. Os critérios são (<https://blog.intercom.com/rice-simple-prioritization-for-product-managers/>):

- Alcance (Reach): Refere-se às estimativas de quantas pessoas serão afetadas em um determinado período. Neste caso o período será de um ano.
- Impacto (Impact): Refere-se a o quão impactante será o projeto para as pessoas. Como é algo subjetivo e por isso é difícil medir com precisão, assim será usada a escala: 3 para “impacto muito alto”, 2 para “alto”, 1 para “médio”, 0,5 para “baixo” e, 0,25 para “baixo”.
- Confiança (Confidence): Refere-se o quão confiante estão as suas estimativas. Também se usa uma escala de múltipla escola: 100% para “alta confiança, 80% para “médio” e 50% para “baixo”.
- Esforço (Effort): Refere-se à Estimativa de pessoas/tempo para concluir o projeto (Exemplo: Precisa-se de 4 pessoas por dia para concluir o projeto).

Para calcular a pontuação, depois de estimados cada um dos fatores para os projetos, multiplica-se Alcance x Impacto x Confiança e divide tudo pelo Esforço.



8. Diretrizes de Alinhamento Tecnológico

A Tecnologia da Informação e Comunicação, representada pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, em sinergia com as Teses e Diretrizes estabelecidas no VII congresso Interno da Fiocruz, diretrizes e políticas do Governo Federal, e ainda com as orientações dos órgãos reguladores, é responsável pelo estabelecimento e alcance dos objetivos e das metas de TIC, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos em TIC.

Nesse sentido o CGovTIC e a Cogetic devem promover o diálogo constante com a comunidade interna e sociedade para que os serviços providos tenham maior impacto no atingimento dos seus objetivos.

A Cogetic apoia o Comitê de Governança de TIC, coordenando, orientando e monitorando as ações de TIC da Instituição, em consonância com a direção definida pela função de governança, a fim de atingir os objetivos da Fiocruz. A gestão de TIC é realizada entre a Cogetic e as áreas de TIC, por meio de parcerias ou fóruns.

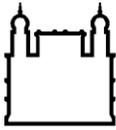
A Cogetic é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, aprovadas e priorizadas pelo Comitê de Governança de TIC da Instituição. A Cogetic deverá coordenar os projetos especiais de impacto institucional na área de TIC e definir padrões a serem seguidos pelas áreas de TI das unidades correlatas. O objetivo desses projetos é buscar resultados efetivos para a Fiocruz, de maneira eficiente, e com vistas a um modelo de alinhamento tecnológico.

A condução desses projetos a partir da TIC da Fiocruz implica em que esforços idênticos não precisam ser conduzidos em cada uma das unidades, mas deverão fazer a previsão dessas aquisições no PDTIC.

Ademais, em todos esses projetos, todas as unidades são estimuladas a participar ativamente, e são contempladas com os resultados. Entre esses projetos podemos citar especificamente os seguintes:

Serviços de TIC

Contratação de serviços de suporte aos usuários, suporte à infraestrutura de TIC, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação, suporte à segurança da informação e comunicação e suporte à gestão e qualidade em TIC e outsourcing de impressão,



alinhados a IN 04 (SLTI/MP, 2014) e ao documento de “Boas Práticas, Orientações e Vedações”, elaborados pela Secretaria de Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, os quais têm força normativa legal e são vinculados à Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016, visando atender à demanda por esses serviços pela Presidência e Unidades da Instituição.

Aquisição de Ativos e Soluções de TIC

Coordenação e realização dos editais de aquisição de ativos e soluções de TI, visando atender às necessidades da Instituição e suas unidades, observando as recomendações descritas no documento de “Boas Práticas, Orientações e Vedações” e na IN nº 10, de 12 de novembro de 2012, ambos publicados pela STI/MP.

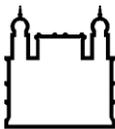
Material de consumo

Definição de requisitos para a aquisição de materiais de consumo de TIC, incluindo teclados, mouses, determinados tipos de placas, entre outros, com o intuito de adquirir itens de maneira padronizada, com um nível de qualidade elevado, e ainda a um custo menor.

Rede Integrada de dados

Participação no projeto REDECOMEP Brasil, com o intuito de melhorar a velocidade do *link* de dados da Fiocruz é substituição de todo o equipamento e a malha de fibra ótica que liga o *backbone* às unidades. Nesse projeto também é prevista a integração das unidades regionais a rede do campus Manguinhos através das redes metropolitanas existentes em outros estados.

As unidades deverão elaborar projetos locais para adequação de velocidade de entrada de rede para 10 Gbps, e para velocidade de tráfego interno a 1 Gbps, considerando aos requisitos necessários ao provimento da redundância e alta disponibilidade dos serviços.



Nuvem Fiocruz

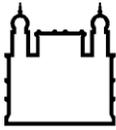
Implantação e evolução da Nuvem Fiocruz, para a disponibilização de recursos computacionais e serviços de TIC para toda a Instituição. Normatização do uso dos recursos nas modalidades de Infraestrutura como Serviço (IaaS), Software como Serviço (SaaS) e Plataforma como Serviço (PaaS).

Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação

Aquisição de outras soluções em TIC, tais como Antivírus, AntiSpam, Análise de Risco, Gestão de Incidentes e Certificação Digital, que contribuam para que a Fiocruz cumpra sua função institucional de maneira eficiente e com qualidade mediante o alinhamento e a integração entre as unidades da instituição.

Processo de Desenvolvimento de Sistemas

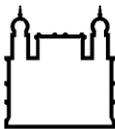
Padronização de processo para o desenvolvimento de sistemas de informação e soluções de TIC, tanto realizado com equipe própria quanto com equipe externa, promovendo a convergência de métodos, integração e interoperabilidade entre os sistemas.



9. Processo de revisão do PETIC

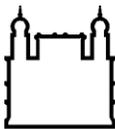
A revisão do Plano Estratégico é um processo que suscita reflexão, sobre os desafios inerentes ao alcance das metas de TIC e à consecução dos objetivos estratégicos. Também é o momento propício para sensibilizar as áreas de TIC, no intuito de que reconheçam a importância de se planejar e executar, por meio de projetos, a estratégia da TIC da Fiocruz. Desta forma, prosseguimos na busca do atingimento da visão e missão da TIC, contribuindo diretamente para a atuação da Fiocruz como agente estratégico de Estado e ser excelência em gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O processo, considera atualização de diretrizes, na EGD e em outros mecanismos regulatórios e inclui, quando necessário, a reorganização do Mapa Estratégico, o agrupamento de objetivos, e a reformulação de indicadores e metas. As revisões do PETIC serão coordenadas pelo CGovTIC da Fiocruz.



10. Conclusão

O PETIC é uma importante ferramenta de planejamento e deve ser utilizado neste sentido, de maneira que as ações executadas estejam alinhadas com o planejado, e que qualquer exceção seja registrada e acompanhada de perto.

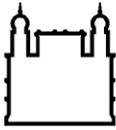


11. Folha de aprovação

O Presidente da Instituição, no uso de suas atribuições, aprova o PETIC 2018-2020, cuja vigência vigora a partir de sua assinatura. Esse documento será considerado vigente até 31 de dezembro de 2020, salvo novo documento que o venha a substituir e revogar o presente.

Dra. Nísia Trindade Lima

Presidente da Fiocruz



Anexo I - Perguntas Frequentes (FAQ)

1) Qual o impacto da EGD para os órgãos?

O PETIC necessita ser revisado de forma a garantir o alinhamento com o EGD, assim os órgãos da APF deverão incluir, no conteúdo do PEI e do PETIC, metas, ações e iniciativas relativas a governança digital que contribuam para o alcance dos objetivos desta Estratégia e propiciem o aprimoramento de suas práticas de governança digital (MP, 2016).

2) Qual a relação entre o PDTIC e o PETIC?

O modelo de PDTIC proposto pela SLTI abrange o conteúdo tático e o PETIC contém elementos estratégicos. O PDTIC deve estar alinhado ao PETIC (MP, 2016b).

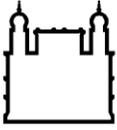
3) Onde devemos publicar o PETIC e PDTIC? Quais normativos mencionam isso?

Deve-se publicar os instrumentos no site do órgão, no Portal do SISP (<http://www.sisp.gov.br>) ou na Central de Serviços e Suporte do SISP - C3S (<http://c3s.sisp.gov.br>) com exceção das informações classificadas como não públicas, nos termos da legislação aplicável, e o resumo no Boletim Interno do órgão ou entidade e no Diário Oficial da União – DOU (MP, 2016b) (Brasil, 2017).

4) Preciso comprar um bem ou serviço de TIC que não está planejado no PDTIC. É possível?

É possível, desde que esteja alinhado ao PETIC e acompanhada de uma justificativa pela não inclusão no PDTIC assinada pela autoridade máxima da instituição, ou por quem tenha esta delegação. No caso da Presidência, incluindo Vices, Dirad, Dirac, Direh, Diplan, Auditoria e Ouvidoria, bem como os projetos da presidência, a justificativa deve ser assinada pelo Presidente da Fiocruz. No caso das Unidades, por delegação, o Diretor da Unidade deve assinar.

Outra possibilidade, mais adequada, é aguardar o próximo período de revisão para realizar o planejamento da forma adequada.



A segunda opção é preferível à primeira, pois representa maior gestão, planejamento e controle das ações. Ademais, as compras realizadas com justificativas possuem grande probabilidade de serem auditadas e questionadas em auditorias dos órgãos reguladores.